

## **Caminho dos alimentos: estratégias de resistência camponesa em Nova Iguaçu – RJ**

Gilma Vanderlei Batista<sup>1</sup>  
Isabella Arnoult Netto<sup>2</sup>  
Thaís Souza dos Reis Gonçalves<sup>3</sup>

### **Resumo**

Mediante a situação atual da agricultura tanto na esfera política quanto na econômica, é cada vez mais difícil a reprodução de certas formas de agricultura relacionadas aos saberes e mercados locais. Pequenos agricultores que não se enquadram na lógica do grande mercado ficam reféns de políticas públicas que, muitas vezes, não os alcançam. É partir deste contexto que o seguinte trabalho busca fazer um apanhado histórico de uma região que, há muito, representa um importante papel no abastecimento alimentar da cidade do Rio de Janeiro; a Baixada Fluminense. Além disso, apresenta as estratégias do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA-RJ) na militância pelo fortalecimento da agricultura camponesa, da agroecologia e dos mercados alternativos.

**Palavras-chave:** Agroecologia, Campesinato, MPA

### **Introdução**

Há algum tempo nos interessamos pela questão da agricultura nas áreas urbanas, e pela questão da produção dos alimentos. Nosso contato com o Movimento dos Pequenos Agricultores em Nova Iguaçu, situado na região da baixada fluminense, já existia, mas se dava muito mais através do interesse do que pelo envolvimento. Com o nosso projeto de pesquisa o envolvimento cresceu e novas instigações surgiram a partir dessa aproximação, que apresentou diversas outras perspectivas.

O questionamento sobre *quem* produz o alimento que chega à cidade do Rio de Janeiro,

---

<sup>1</sup> Gilma Vanderlei Batista é estudante de graduação de Geografia da Universidade Federal Fluminense. gilmabatista09@gmail.com

<sup>2</sup> Isabella Arnoult Netto é estudante de graduação de Geografia da Universidade Federal Fluminense. isabella.arnoult@gmail.com

<sup>3</sup> Thaís Souza dos Reis Gonçalves é estudante de graduação de Geografia da Universidade Federal Fluminense. thaisreis@id.uff.br

em quais *condições*, como se insere no mercado de alimentos; por que falar em *camponês*, e por que falar em *agroecologia* foram algumas delas.

Pretendemos mostrar neste trabalho que formas de reprodução social invisibilizadas pelos processos econômicos dominantes próprias da re-existência humana, estiveram presentes todo o tempo na região da baixada fluminense, de forma complementar às atividades econômicas dominantes, através da produção de alimentos e oferta de trabalho temporário.

Partindo do pressuposto da importância da região para o abastecimento da cidade do Rio de Janeiro desde o período colonial, buscamos atualizar este contexto e perceber de que forma esta relação ainda se verifica. Os caminhos hoje podem não ser tão rudimentares como os de outrora, mas talvez por isso mesmo a permanência dos atuais camponeses e os desafios que enfrentam para produzir e comercializar sua produção são atos de resistência.

Temos como base o questionamento da imagem histórica que se construiu sobre a baixada fluminense: tanto como área estritamente produtora de exportação, em detrimento de uma produção camponesa, como enquanto região da violência e da pobreza.

Frente a isto, buscamos compreender as estratégias utilizadas pelos pequenos agricultores para superar as dificuldades impostas pelo grande mercado. Para isso acompanhamos o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) tentando compreender sua organização política. Buscamos conhecer de perto o movimento, e sobre esta base, estudar a rede de resistência que formam os produtores do MPA em articulação com outros movimentos sociais, universidades, trabalhadores da cidade: rede que se consolida desde a produção agrícola, pecuária, de alimentos e produtos beneficiados, até a venda direta ao consumidor através da entrega de *cestas camponesas* e feiras.

Se tornou central, também, compreendermos a questão da identidade camponesa e da agroecologia, pois são fundamentos ideológicos e estratégias de luta do movimento.

## **A Baixada Fluminense como área estratégica**

Em termos fisiográficos, a Baixada Fluminense consiste no trecho da planície litorânea situado no estado do Rio de Janeiro, entre Itaguaí e Campos dos Goytacazes. Em um sentido mais estrito, que utilizamos aqui, Baixada Fluminense, ou simplesmente “Baixada”,

corresponde aos municípios localizados ao norte do município do Rio de Janeiro, na região antes denominada Baixada da Guanabara. Historicamente, trata-se de uma área “periférica” subordinada à cidade do Rio de Janeiro desde o século XVI, que dela se beneficiou ao projetar-se como polo econômico e político-administrativo da Coroa Portuguesa na parte meridional do continente americano.

Desde o século XVI no início da ocupação da região, hoje chamada Baixada Fluminense, demarcada principalmente pela cidade de Nova Iguaçu que foi central para a formação da mesma, é marcada pelo vínculo comercial com o Rio de Janeiro. Segundo Rocha (1998), as ocupações ao entorno da área se deu por interesses nas relações mercantis da área metropolitana. A colonização foi realizada após a expulsão dos franceses do Rio de Janeiro e a distribuição de sesmarias evitando uma nova invasão e garantindo o abastecimento da então Vila São Sebastião do Rio de Janeiro. A partir do século XVII a agricultura para fins de exportação se estabelece e ganha força no Rio de Janeiro, devido a desorganização causada pela invasão holandesa no Nordeste. Apesar disso, por seu posicionamento geográfico, a relevância da Baixada estava marcada pela comunicação que proporcionava entre os portos e o interior, como ressalta Medeiros:

Ainda que os engenhos de açúcar tenham prosperado por certo tempo, o posicionamento geográfico da Baixada acabaria por defini-la, acima de tudo, como uma zona intermediária cortada por caminhos que ligavam os portos fluviais e marítimos, como o Porto das Caixas, Magé, Inhomirim e Estrela, ao interior. O crescimento da circulação do ouro em Minas Gerais a partir do final do século XVII impulsionou uma verdadeira disputa entre proprietários de fazendas pela construção e domínio das rotas mais cobiçadas e lucrativas. Os jogos de poder e influência que reestruturaram a fisionomia da região por meio da abertura de passagens para mercadorias assemelhavam-se, guardadas as devidas proporções, aos processos de construção de ferrovias e rodovias [...]. (MEDEIROS, 2015, P 233-234)

Outro aspecto importante é o caráter de produção de alimentos para o abastecimento fluminense, principalmente para a cidade Rio de Janeiro. Rocha (1998) em sua tese disserta que a região não tinha como os produtos da agricultura de exportação a principal atividade econômica, destacando que a quantidade de pessoas livres era muito expressiva em relação às pessoas escravizadas - que eram a base da economia exportadora - isso demonstra a sua vocação camponesa. “Mais do que um indicativo da ‘decadência do sistema escravista’ na região, estes números confirmam a importância da presença de elemento camponês e da agricultura que lhe é característica: a de subsistência.” (ROCHA, 1998, p. 21).

Os rios tiveram um papel fundamental no povoamento do local e ao longo dos séculos, teve como função o transporte de pessoas e vias de escoamento de mercadorias. Com o tempo o transporte fluvial sofreu com os efeitos da degradação da natureza e assoreamento dos rios, ainda nesse momento, havia o auxílio das vias terrestres que faziam a ligação com as unidades produtivas e os povoados, é um exemplo a estrada do comércio ou estrada da corte de São João Del Rei que ligava a então capital a Minas Gerais. Durante o ciclo do café intensificou-se a utilização das vias fluviais, escoava-se o café vindo do interior do Rio de Janeiro e de outros estados, como São Paulo, Espírito Santo e Bahia. Dessa forma, a base econômica da região se apoiava nessas transações.

A partir do século XIX começa o processo de urbanização na Baixada, devido a influência e mudanças da capital. Como destaca Medeiros, data dessa época também os loteamentos e começo da criação de chácaras de laranjas (cultura agrícola símbolo até hoje da cidade de Nova Iguaçu). A partir de então começa a discussão sobre o saneamento na Baixada, tendo como intenção também o estabelecimento de trabalhadores expulsos do Rio de Janeiro. Esse processo se intensifica a partir do começo do século XX com as reformas de Pereira Passos.

A reforma empreendida pelo prefeito Pereira Passos (1902-1906), formulada para adequar o centro do Rio de Janeiro à sua função de grande porto internacional exportador de café e capital da nova elite cosmopolita, representou um dos primeiros esforços no sentido de estabelecer claras fronteiras socioespaciais entre as classes e seus direitos. Se as favelas, cortiços e “cabeças de porco” incrustados na cidade atraíam os trabalhadores para perto de seus locais de trabalho, as constantes investidas de remoção por parte do Estado representavam uma ameaça de despejo constante. A Baixada Fluminense, com suas vilas-entrepósitos estruturadas ao redor dos portos, acabou, com o incremento de políticas estatais e com a abertura de rodovias e ferrovias, por conformar-se em lugar ideal para a alocação dos aglomerados suburbanos a serviço da metrópole. Iniciou-se, assim, na região, uma fase loteadora sem precedentes. (MEDEIROS, 2015, p. 240)

Como dito anteriormente, muitas transformações ocorreram do final do século XIX e ao longo do século XX na Baixada, por influência direta da relação com a expansão urbana do Rio de Janeiro. A abertura de diversas rodovias, como a Av. Brasil (1946) e a Presidente Dutra (1951), e a presença dos trens (como transporte dos trabalhadores entre o subúrbio, baixada e a cidade do Rio de Janeiro), foram formas de ordenamento territorial da população, em que a massa trabalhadora foi deslocada para os subúrbios e baixada, viabilizando o fluxo diário do trabalho ao centro metropolitano. Isto causou um adensamento populacional na Baixada, mas

descontínuo e desordenado, com a presença de muitos pontos de habitação ao longo dos eixos de transporte para assegurar a mobilidade da mão de obra.

Este foi o começo de uma trajetória político social que está vinculado com o estereótipo mantido até hoje de uma região violenta. Em cada momento histórico a estrutura do poder vai se adaptando ao mesmo. A chegada dos novos atores vindos do Rio de Janeiro, resultou construção de novas figuras como os grileiros e posseiros que tinham a terra como o principal elemento de disputa. No começo do século o poder dominante era a do Coronel, caracterizado pelos currais eleitorais e a concentração de terra, mas a partir de 1930 esse quadro começa a mudar, o poder local começa a se vincular com a figura do político clientelista, que tinha um caráter dual quanto às disputas pela terra.

Se, por um lado, os interesses comuns de oposição aos posseiros, que uniam proprietários e grileiros, ganhavam maior consistência política na articulação de compromisso em torno de lideranças políticas locais; por outro, a demagogia e o clientelismo de figuras personalistas detentoras do controle eleitoral conformavam a consolidação de um “poder caudilhesco” com apoio de amplos setores de massa e, inclusive, em determinados momentos, de grupos de esquerda. Uma contradição aparente, mas não essencial: o discurso nacionalista apenas “flertava” com os lavradores sem que, em momento algum, pusesse em xeque os latifundiários como classe, preservando-os, portanto, como pilar da estrutura de poder no campo brasileiro. (MEDEIROS, 2015, p.244)

Tendo como base todo o contexto discutido até aqui, é importante sublinhar que Nova Iguaçu esteve no centro de todo esse processo histórico-geográfico. E tem na sua história a luta e a resistência da classe camponesa. Antes do golpe de 1964, assim como em todo o Brasil, o movimento camponês se organizava de forma orgânica tendo o auxílio de partidos de esquerda, e como pauta as melhores condições de trabalho na terra assim como a permanência na mesma e luta contra os grileiros. Como exemplos podemos tomar os conflitos em Pedra Lisa até então situada em Nova Iguaçu, mas hoje pertencente ao município de Japeri e na Fazenda São Lourenço em Duque de Caxias, ambos marcos de resistência camponesa da Baixada e desmontados a partir do golpe, quando as lideranças foram perseguidas ou assinadas. Após a ditadura o movimento camponês volta a se organizar e conseguem ocupar e desapropriar diversas fazendas na Baixada, em Nova Iguaçu temos Campo Alegre, Pedra Lisa, Boa Esperança e São Bernardino. Esse texto teve como intenção trazer o entendimento de que a Baixada e principalmente Nova Iguaçu, sempre esteve vinculada com o abastecimento da cidade do Rio de Janeiro, trazendo a tona, dessa forma, o sentido camponês ainda hoje

encontrado na região assim como sua vocação como área intermediária de transporte de mercadorias.

### **Políticas nacionais para a agricultura: a disputa entre as identidades do camponês e do agricultor familiar**

É importante, desde o início, para pensarmos a questão a que nos propomos, considerar as políticas econômicas e fundiárias nacionais das últimas décadas. Porque a abertura nacional aos investimentos estrangeiros; privatizações de empresas estatais; priorização federal ao setor financeiro; e aposta nacional na ideia do agronegócio, vulnerabilizaram o pequeno produtor do campo, e isto nos é central.

Na década de 90, o pano de fundo nacional econômico foi o de financeirização da economia. Investimentos que cabiam ao governo, como parte dos subsídios à produção agrícola e o sistema de crédito, passaram para as mãos do setor privado. A estes novos credores, estava associado o modelo de produção do agronegócio (o pacote tecnológico das sementes transgênicas, agrotóxicos, maquinarias específicas, etc).

Assim, este planejamento nacional - político e econômico - priorizou grandes investidores internacionais, grandes empresas, em detrimento de pequenas produções, que se dessem em outras formas.

O agronegócio tomou a frente da economia nacional, e a exportação, como prioridade produtiva. As propostas de Pedro Malan, ministro da agricultura do governo FHC, são lembradas por Humberto Palmeira, militante do MPA, que associa a este governo uma intensa precarização da vida no campo e também por Paulo Alentejano (2004), em texto sobre as políticas de assentamentos rurais deste governo:

Malan, declarou repetidamente e pesquisadores ligados ao governo buscaram demonstrar que o futuro do campo brasileiro é ter cerca de 600 mil estabelecimentos agropecuários e apenas 5% da população trabalhando na agricultura, cabendo aos miseráveis do campo uma política de distribuição de cestas básicas, ou coisa que o valha.<sup>2</sup>; (2) o ministro da Agricultura, cuja preocupação praticamente exclusiva é promover as exportações, vem sustentando que a agricultura brasileira deve se especializar na produção daqueles produtos com melhor mercado internacional, importando os demais, o que certamente significaria a eliminação de qualquer política de apoio à agricultura familiar. (ALENTEJANO, 2004, p. 4)



Sobre isto, Beto comenta “E o resto faz o quê? Vai para a cidade e os outros ficam no campo sobrevivendo a partir das políticas sociais, né?”. Foi nesta época em que o MPA se fundou, época de crescente insegurança social e disputa pela terra.

As políticas adotadas pelo governo federal promoveram a chamada reforma agrária de mercado, uma guinada política importante para a questão agrária brasileira, e para a realidade dos movimentos sociais e organizações do campo. Foi uma forma do governo reorganizar os agentes de interesse na questão: sem confrontar a oligarquia detentora das terras, permitiu o casamento de interesses destes velhos personagens com os novos grandes investidores estrangeiros do agronegócio, além de amenizar conflitos com a população expropriada e movimentos sociais da luta pela terra. Foi também o que viabilizou a criação de uma nova classe no campo, o agricultor familiar, que falaremos mais à frente.

Estudiosos da questão agrária e das formas de reforma agrária implementadas na América Latina apontam para um problema recorrente: a reconcentração de terras seguida de sua desconcentração. Isto, devido à conjunção de dois fatores: a) à conversão da terra em ativo líquido de mercado, isto é: seu valor especulativo sobrevalente ao seu valor produtivo e b) à falta de um conjunto de outras políticas necessárias, que garantam a permanência do assentado e apoios à sua produção e comercialização.

O que acontece desta conjunção de fatores, é a demanda por terras por interesses especulativos, e a vulnerabilidade do pequeno proprietário, que vende suas terras aos maiores investidores.

Em suma, a partir dos resultados da reforma agrária desses quatro países, pode-se dizer que a reforma agrária, ao parcelar as grandes propriedades, aumentou a liquidez da terra, incentivando assim a dinâmica de seu mercado. Nesse novo contexto, a terra passou a fazer parte das carteiras de ativos dos agentes econômicos e a ser negociada em função das expectativas de lucros monetários de seu proprietário. *Nesse sentido, não é estranho que muitos beneficiários da reforma agrária, ante a expectativa de não ter os recursos necessários (crédito institucional, tecnologia, preços adequados para seus produtos, etc.) para explorar sua lavoura ou perante uma boa proposta de compra, decidam vender, formal ou informalmente, sua parcela de terra, fomentando dessa forma um processo de reconcentração da terra* “ (PLATA e REYDON, 1996a apud PLATA e REYDON, 2006, p. 32)

É, portanto, uma reforma agrária que procura manter o poder nas mãos das elites: não prioriza a função social da terra, não reconhece seu caráter especulativo no dinâmico mercado de terras, e nem ameaça a concentração de terras - interessante à oligarquia latifundiária e ao empresário do agronegócio.

Parte crucial destas políticas, foi o sistema de crédito agrícola disponibilizado ao pequeno produtor, que impôs o modelo produtivo que o agronegócio exige, através de um pacote tecnológico.

Crucial, pois esta forma de sistema de crédito foi condizente e estruturante à construção de um “novo” sujeito nacional, o agricultor familiar, em detrimento de um camponês. O governo investia na criação de uma nova classe, o pequeno empreendedor rural, moderno, tecnológico, que condiz com o Brasil do futuro, com o agronegócio. Em oposição histórica, a identidade do camponês, sujeito do atraso e da pobreza.

Nas conversas que tivemos com os militantes do MPA, pudemos compreender melhor a questão da identidade camponesa reivindicada pelo movimento. O MPA partilha de um leito histórico em que o termo camponês tem sido usado como identidade de classe, como estratégia de luta.

As Ligas Camponesas são um marco histórico nacional, que inspirou o uso do termo por uma parcela dos movimentos sociais da luta pela terra. Associa-se ao *camponês* um recorte de classe e que, conforme Beto avalia, retoma “todo o processo de luta do campo”.

A história do MPA demonstra um tanto da disputa terminológica que se coloca entre a ideia de *camponês* e *agricultor familiar*. Porque, conforme nos foi contado, o movimento no início usava o termo *agricultura familiar* e *agricultura alternativa* para contrapor a agricultura convencional:

Só que aí começou a criar uma pulga atrás da orelha quando o Estado começou a usar nas políticas públicas, a palavra agricultura familiar e a estrutura das políticas públicas no entorno da agricultura familiar, para onde estava levando, né? Estava levando à especialização, levando à integração vertical para o mercado, seja o mercado convencional, seja o mercado de orgânico, né? Começamos a se perguntar ‘alguma coisa de errado tem nisso aí’, conhecendo a natureza do Estado, alguma coisa tem. (Humberto Palmeira, 2017)

O que aconteceu, foi que o termo *agricultura familiar* passou a fazer parte do discurso hegemônico disseminado pela FAO e pelas políticas internacionais dos Estados Unidos - grandes responsáveis pela espacialização do agronegócio nos cinco continentes, e sua consequente insegurança alimentar.

Não à toa no Brasil, o governo federal instituíva essa mesma identidade à população do campo. E assim, essa nova identidade de fato se disseminou e foi aceita por grande parte da população produtora do campo: uma identidade que disfarça recortes de classe, que incorpora



e unifica tanto produtores precarizados pelo sistema do grande mercado, quanto produtores detentores dos meios de produção e com privilégios no mercado.

Parte do trabalho do MPA (e tantos outros movimentos sociais do campo) se dá justamente sobre esta questão: trazer de volta o autoreconhecimento do produtor do campo com a figura do camponês. Porque a ideia de camponês, conforme o uso dos movimentos sociais, traz o recorte de classe e incute a questão do direito à terra, à desproletarização da mão de obra no campo, a associação coletiva e classista entre os produtores, e a autonomia da classe - visando sua segurança familiar, alimentar, cultural.

A ideia do agricultor familiar anula o reconhecimento de uma classe social trabalhadora no campo, seu caráter de sujeito histórico e revolucionário, insere um modelo produtivista individualista e meritocrático do empreendedorismo.

Além de participantes do MPA de Nova Iguaçu, o livro *Memórias da Baixada* nos conta também um pouco sobre a história da localidade na luta pela terra demonstrando proximidade com o *camponês*<sup>4</sup>.

A história da baixada é marcada desde os anos 40 pela presença de diversas organizações sociais e políticas, como o PCB, a CPT, o MST e sindicatos e cooperativas de trabalhadores rurais. Este trabalho sobre a ideia do camponês que se construiu na região, através destas décadas até hoje, teve alguma efetividade frente à urbanização e aos conflitos geracionais. Isto é, apesar de não ser uma identidade massiva na região, muitos se reconhecem como tal.

É nesta localidade com um forte histórico na luta pela terra, mas com uma diversidade de situações sociais e produtivas, onde o movimento tenta reconstruir uma identidade de classe. O fio condutor desta unificação é a realidade compartilhada por produtores prejudicados pela lógica do mercado, e a vontade por melhores relações de trabalho e comercialização de suas produções.

### **MPA: Agroecologia e Mercados Alternativos**

---

<sup>4</sup> Este livro é um relato de memórias contadas por Bráulio Rodrigues, morador da região da baixada fluminense, que se envolveu e liderou movimentos pela luta pela terra, e tem uma rica história acerca disso, transcritas por Leonilde Medeiros.

Um ponto fundamental nas discussões e pautas do MPA é a agroecologia. Para os militantes do movimento, a agroecologia envolve mais que diretrizes tecnológicas que visam alcançar uma produção agrícola livre substâncias químicas. Neste sentido, suas práticas se alinham com a definição de Miguel Altieri quando diz que as práticas agroecológicas incluem a preservação da diversidade cultural que nutre as agriculturas locais, considerando os conhecimentos das pessoas do lugar sobre o ambiente, a vegetação, os animais e o solo (ALTIERI, 2004, p. 26).

Segundo militantes do próprio MPA, a maioria das famílias que começam a participar do movimento faz de forma gradativa a transição para uma agricultura ecológica, baseada no apoio e na cooperação entre os integrantes do movimento. É muito difícil para uma família que tira todo seu sustento da produção agrícola, e que não dispõe de muita força de trabalho, conseguir passar sozinha de uma produção convencional para uma produção agroecológica. São através das estruturas comunitárias agroindustriais, por exemplo, que se dá a transição massiva na forma de produzir dessas famílias. No Rio grande do Sul, o MPA conta com um centro territorial de cooperação, onde funciona uma pequena fábrica de biofertilizantes. Essa rede de cooperação facilita o agricultor que não teria tempo para produzir seu próprio biofertilizante, por exemplo, mas que se interessa pela transição agroecológica. Concomitantemente, há gradual capacitação dos agricultores da rede para que comecem, na medida do possível, a produzir seus próprios insumos.

Há uma falta de interesse do Estado em investir neste tipo de tecnologia para que mais famílias consigam abolir o uso de insumos nocivos à saúde da população e do meio ambiente. Neste sentido, a agroecologia surge também como estratégia de combate à lógica mercadológica vigente, fazendo frente à expansão do agronegócio na indústria dos grãos. Esta forma de resistência esbarra em muitas dificuldades, desde a falta de crédito para este tipo de produção às dificuldades para a comercialização dos produtos. Daí a importância da formação de uma rede entre os agricultores camponeses para que, através de cooperativas, possam se inserir no mercado.

A agroecologia é entendida como uma nova abordagem da agricultura, uma base científica que integra diversos aspectos agronômicos, ecológicos e socioeconômicos para a produção de alimentos, capaz de realizar a crítica da agricultura tradicional e orientar o correto redesenho e manejo dos agrossistemas em busca da autossustentabilidade. (MARCOS, 2007, p. 184).

Como já dito acima, uma das grandes dificuldades para os produtores é a comercialização dos seus produtos. O MPA milita e atua nesse campo através das *feiras* e das *cestas camponesas*, fortalecendo o escoamento da produção dessa rede de agricultores para o centro da cidade do Rio de Janeiro.

A *cesta camponesa* surge como estratégia de organizar a produção de forma alinhada com as demandas do mercado consumidor. Ela conecta os consumidores e os pequenos produtores. Os pedidos são abertos quinzenalmente e através de um cadastro feito via *internet*, é possível montar uma cesta personalizada, de acordo com os produtos disponíveis em cada quinzena. Todo o processo é feito através da *internet* e o MPA conta com a parceria do projeto de extensão universitária “Assentados da Reforma Agrária e Universidade”, da Escola de Serviço Social da UFRJ. Através de núcleos situados nos bairros de Botafogo, Catete, Copacabana, Estácio, Grajaú, Lapa, São Domingos (Niterói), Santa Teresa e Tijuca, as *cestas* são distribuídas num ponto pré-estabelecido em cada bairro. Em alguns casos, os próprios consumidores se organizam na formação dos núcleos de entrega. No caso específico de Niterói, o Núcleo é composto por estudantes da Universidade Federal Fluminense. São oferecidos produtos tanto *in natura* como beneficiados, a exemplo das compotas de doces e bolos feitos pelos próprios agricultores.

A cesta se inicia através do levantamento dos produtos disponibilizados pelos camponeses organizados no MPA, a partir disso essa relação é lançada no *site* e os consumidores são avisados do novo ciclo de pedidos da *cesta camponesa*.

Segundo militantes do Movimento, as *cestas camponesas* têm uma eficiência econômica maior em comparação às *feiras*. As *feiras* cumprem um papel importante na divulgação das próprias *cestas*, porém, muitas vezes não são autossustentáveis economicamente. Dessa forma vão se desenhando as melhores formas do caminho desses alimentos vindos da Baixada Fluminense. Além dos produtos da Baixada, a *cesta* também é composta por produtos vindos dos estados da Bahia, Rio Grande do Sul e Espírito Santo.

As *cestas* funcionam como uma pré-venda, diminuindo assim os prejuízos muitas vezes enfrentados nas *feiras*. Dessa forma, a produção pode ser planejada e organizada de acordo com as demandas dos consumidores. Segundo os próprios militantes do MPA, a *cesta camponesa* é uma estratégia de articulação entre os camponeses e o Movimento, permitindo que os produtores tenham uma segurança ao investir na produção, tendo certeza de sua

venda. Acreditamos que essa segurança valoriza o trabalho do camponês e assegura sua soberania produtiva.

### Referências Bibliográficas

ALENTEJANO, Paulo. *A política de assentamentos rurais do governo FHC e os desafios da reforma agrária no Brasil do século XXI*. Dossiê Reforma Agrária: em debate o Governo FHC e os desafios do Governo Lula, São Paulo, v. 1, p. 2-15, 2004

ALTIERI, M. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável* - 4.ed.- Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

MEDEIROS, Leonilde. *Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*. 2015. 935 p. Relatório Final, CPDA UFRRJ, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. *Memórias da luta pela terra na baixada fluminense*. Rio de Janeiro, 1 ed.: Mauad, 2008, 101p.

MARCOS, V. d. *Agroecologia e Campesinato: uma nova lógica para a agricultura do futuro*. *Agrária*, São Paulo, n° 7, pp. 182-210, 2007.

ROCHA, J.L. *Transformações na estrutura fundiária de Nova Iguaçu durante a crise do escravismo fluminense (1850/1890)*. 1998. Universidade Federal Fluminense. Niterói: 1998.

PLATA, Ludwig Einstein Agurto; REYDON, Bastiaan Philip. *Políticas de intervenção no mercado de terras no governo FHC*. In: Mercado de terras no Brasil: estrutura e dinâmica. Brasília, 2006.

PALMEIRA, Humberto. Entrevista sobre agricultura camponesa e o trabalho do MPA. Raízes do Brasil, realizada em 07/09/201. Entrevista concedida para pesquisa